

**OS IMPACTOS E CONTRASTES DA VIOLÊNCIA  
ENTRE TORTURADOS E TORTURADORES NO  
CENÁRIO DA DITADURA CIVIL-MILITAR  
BRASILEIRA**

**THE IMPACTS AND CONTRAST OF VIOLENCE  
BETWEEN TORTURED AND TORTURERS IN THE  
SCENARIO OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY  
DICTATORSHIP**

AMANDA PFITZNER CABRAL\*

**Resumo:** A prática de violência implica um remetente e um destinatário; aquele que produz e aquele que recebe: o algoz e a vítima. Ela pode se desenvolver de diversas formas, contudo, o objetivo é apresentar como a tortura enquanto projeto político e sua prática impacta nos atores, os torturados e os torturadores, a partir do cenário autoritário implementado pela ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985). O itinerário perpassa: 1) o conceito de violência, seus tipos e práticas; 2) a tortura enquanto uma prática específica de violência e, simultaneamente, um projeto político; e, por fim, 3) os impactos e contrastes da tortura entre os atores, partindo dos resultados de estudos no campo da História Oral, as entrevistas com os chamados “operários da violência”, e por narrativas testemunhais literárias produzidas por vítimas.

**Palavras-chave:** Tortura; Ditadura Civil-Militar Brasileira; Testemunho

**Abstract:** The practice of violence involves a sender and a recipient; the one who produces and the one who receives: the executioner and the victim. It can develop in different ways, however, the objective is to present how the torture as a political project and its practice impacts the actors, the tortured and the torturers, based on the authoritarian scenario implemented by the Brazilian civil-military dictatorship (1964 – 1985). The itinerary covers 1) the concept of violence, its types and practices; 2) torture as a specific practice of violence, which, at the same time, demonstrates itself as a political project; and, finally, 3) the impacts and contrasts of torture between the actors, based on the results of studies in the field of Oral History, interviews with the so-called “workers of violence”, and through testimonial literature narratives produced by victims.

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. (Email: amandapfite@gmail.com)

**Key-words:** Tortura; Brazilian civil-military dictatorship; Testimony

Violência se caracteriza como o uso de *força* física e/ou poder praticado contra si, ou contra grupos e comunidades, resultando em danos físicos, materiais e psicológicos; privações, explorações, sofrimento e morte. Essa relação direta entre violência e força produz atos “onde se mata ou se fere pessoas ou se provocam danos significativos à propriedade. Atos de força são os que impedem a ação livre ou normal de outras pessoas, ou as inibem através da ameaça de violência.”<sup>1</sup>. Deve ser analisada no contexto do conflito social a partir das condições econômicas, políticas, culturais e sociais em que se desenvolve; quem são os atores envolvidos, quais seus interesses e porque recorrem à violência.

Trata-se de entender a violência como um reforço do aparato de dominação do sistema político e econômico capitalista que não decorre apenas do uso força, mas também da ideologia e alienação, pois o controle das classes sociais não é apenas físico, como também político-ideológico — fundamental para o processo de legitimação da violência. Há diversos *tipos de violência*: física, sexual, psicológica, manicomial, política, cultural, direta, estrutural — cada qual com seus subtipos —, que, combinadas, ampliam seu desenvolvimento e resultados, principalmente em relação aos elementos de força, autoridade, domínio e poder, característicos do fenômeno. Por isso, a razão aqui em demonstrar como instrumentos legítimos de *controle da violência social*, expressos em leis e nas forças policiais/agentes de segurança, são contraditórios, pois na tentativa de controlarem a violência existente em sociedade, recorrem à *mais* violência, perpetuando o fenômeno e fazendo mais vítimas.<sup>2</sup>

Há sempre a criação de justificativas para implementação de violência. No caso brasileiro, o processo de militarização e a ideologia militarista antecedem o golpe civil-militar de 1964, sendo cristalizadas no terrorismo de Estado através da articulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pela Escola Superior de Guerra (ESG) e a necessidade de um Estado

---

<sup>1</sup> Texto original: “[...] donde se mata o se hiere a personas o se provocan daños significativos a la propiedad. Actos de fuerza son los que previenen la acción libre y normal de otras personas, o la inhiben a través de la amenaza de la violencia.” CALLEJA, E. G. La definición y la caracterización de la violencia desde el punto de vista de las ciencias sociales. *Arbor*, vol. 167, nº 657, Septiembre 2000, p. 162.

<sup>2</sup> GALTUNG, J. La violencia: cultural, estructural y directa. *Cuadernos de Estrategia*, n. 183, Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2017, p. 147-168.

forte e centralizado, capaz de unificar os objetivos nacionais e garantir a segurança nacional frente as ameaças ilusórias? do *comunismo internacional* da União Soviética e seus “países satélites” durante a Guerra Fria. O objetivo da DSN era identificar e eliminar subversivos e inimigos da pátria, sujeitos que questionavam, criticavam e se opunham à “revolução” de 1964, ou seja, todos aqueles que não pensam com o poder, sendo o alvo principal os comunistas<sup>3</sup>. Segundo a doutrina, o perigo do *comunismo internacional* colocava em risco a família, a religião cristã e a propriedade, e qualquer possibilidade de ser relacionado à subversão dos valores morais e bons costumes resultaria em um monitoramento prolongado pelas forças de repressão, podendo acabar em prisão e até mesmo assassinato ou desaparecimento forçado.

O golpe civil-militar de 1964 legitimou o uso da violência direta descaradamente desde seu início, com prisões arbitrárias, espancamentos, sequestros, desaparecimentos forçados, torturas, internamentos forçados em instituições psiquiátricas e assassinatos, como apontam as investigações realizadas pelo jornalista Márcio Moreira Alves em 1964 e 1965, sobretudo em Recife, Pernambuco.<sup>4</sup> Embora parte da historiografia atribua o aumento exponencial da violência a partir da edição e promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, este serviu para legitimar tanto violências predecessoras quanto instaurar novas — como a suspensão do *habeas corpus*, por exemplo. É o que Étienne Balibar<sup>5</sup> chama de *violência do poder (gewalt)*, a relação direta com ideologias que servem a interesses públicos e privados específicos que buscam materializar suas idealidades, encarnando princípios ideais (Deus, Pátria, Família, Nação, Mercado, entre outros.), capazes de esmagar e exterminar quaisquer resistências, portanto, a violência do poder é um projeto político. Violência e política não são opostos. Inclusive, a política necessita da violência para se construir: “O ser humano está

---

<sup>3</sup> O conceito foi completamente descaracterizado pelos ideólogos do regime militar e demais forças dominantes. Apesar do comunista ser a figura central a ser combatida, qualquer pessoa que demonstrasse pequenos *desvios subversivos* era facilmente enquadrada como inimigo interno. Não era necessário ser um “comunista de carteirinha”, filiado a algum partido ou organização revolucionária, pois até mesmo militares que enfrentaram o comando de suas próprias corporações sendo contrários ao golpe foram perseguidos e reformados. Qualquer um poderia ser considerado um subversivo comunista perante a repressão.

<sup>4</sup> Os jornais Correio da Manhã, Última Hora e Jornal do Brasil, publicaram algumas matérias sobre as torturas que estavam ocorrendo em Recife. Até setembro de 1964, informações detalhadas eram publicadas citando nomes, locais e métodos. Após denúncias e investigação por uma comissão especial, os acusados ficaram ileso e a opinião pública esvaziada. Fonte: ALVES, Márcio Moreira. Torturas e Torturados. Rio de Janeiro: Oficina da Empresa Jornalística, 1996.

<sup>5</sup> BALIBAR, E. Violencia: idealidad y crueldad. Polis – Revista Latinoamericana, n. 19, 2008, p. 1-17.

sempre imerso em relações de dependência em relação a poderes e autoridades, o que o expõe a sofrer violência, ou a exercê-la, de forma que só pode ser superada em sonhos ou utopias.”<sup>6</sup>.

Ao versar sobre o conceito de violência, seus tipos e práticas, o artigo apresenta como a tortura enquanto projeto político perpetrado pela ditadura civil-militar brasileira entre os anos de 1964 e 1985 impactou e transformou não somente a subjetividade dos opositores políticos que eram alvo das sevícias, mas também a dos próprios agentes da repressão que, desde seu ingresso nas forças policiais e militares, foram treinados para o combate *através da e objetivando* a violência. A análise cruza os resultados obtidos pelos estudos publicados no livro “Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras” (2006), por Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbrado e a autobiografia testemunhal de Sylvia de Montarroyos, intitulada “Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos” (2013), contrastando ainda mais a já existente distância abissal entre as experiências de torturadores e torturados e as consequências diretas da violência em suas vidas, tanto durante quanto após o fim da ditadura.

### **A tortura como projeto político ditatorial**

A tortura<sup>7</sup> é um sofrimento corporal e psíquico que transforma por completo a vítima, desumanizando-a, negando todo seu direito e condição de sujeito livre pela intimidação e violência, na qual a vítima é objetificada/coisificada pelo torturador<sup>8</sup>. O psicanalista Marcelo Viñar afirma que a tortura é parte necessária de um projeto político e de sistema de poder, que consiste em meios engendrados com a finalidade de “destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à imobilização pelo medo da sociedade governada”<sup>9</sup>, permitindo, assim, subjugar o oponente e destruir a articulação natural entre corpo e linguagem. O autor define três momentos da tortura: a aniquilação, a

---

<sup>6</sup> BALIBAR, E. Violencia, Política, Civilidad. *Ciencia Política*, vol. 10, n. 39, enero-junio 2015, p. 47.

<sup>7</sup> Qualquer ação destinada a causar dores ou sofrimentos intensos, sejam eles físicos ou mentais, visando intimidar e/ou coagir alguém com a finalidade de obter informações, confissões ou punir por um ato realizado, ou suspeito de ter sido realizado, tanto pela pessoa em questão, quanto por terceiros. Fonte: ONU. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. 1984. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

<sup>8</sup> HONNETH, Axel. Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos e degradação. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editoria 34, 2003.

<sup>9</sup> VINAR, op. cit., p. 58.

*demolição* e a resolução da experiência limite. A aniquilação consiste na destruição dos valores e convicções da vítima. Já a *demolição* assume um caráter mais complexo, e se configura como a experiência do desmoronamento e da loucura, deslocando o indivíduo de sua humanidade a partir do momento em que o sofrimento do corpo se converte em uma experiência destruidora. Este momento se situa depois de um tempo muito variável de prisão e de tortura que, segundo a estrutura individual e o contexto, pode ter lugar ao fim de algumas horas, alguns dias ou alguns meses.<sup>10</sup> Há uma ruptura do mundo com o *eu*, conduzindo à solidão, dor, sofrimento; a vítima encontra-se completamente à mercê do algoz, perde sua humanidade. O mecanismo de defesa do cérebro contra a demolição é a *alucinação*, uma tentativa de cura, de reconstrução do *eu* para tornar o horror suportável por meio de memórias que contenham certo grau de afetividade. A percepção da passagem do tempo também é alterada. A vítima perde a noção de quantas horas, dias ou meses encontra-se naquela condição de horror e aniquilamento.

Não se pode fazer da tortura um objeto de estudo isolado do contexto político, econômico e social no qual é exercida. A repressão possui um caráter racional de organização política e social e a tortura é a peça-chave no sistema de governos ditatoriais como meio de manutenção do poder. Apesar da tortura no Brasil não ter iniciado com a ditadura civil-militar<sup>11</sup>, ao longo dos 21 anos de autoritarismo tal prática se deu nas prisões e quartéis, sendo expandida para outras instituições públicas e demais logradouros<sup>12</sup>, em geral, realizada por militares e policiais treinados, e em alguns casos contando com a presença de civis, como médicos<sup>13</sup> que auxiliavam os torturadores indicando até quando a vítima aguentaria os flagelos, e empresários<sup>14</sup> enquanto espectadores curiosos e sadistas. A formulação teórica e formação

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 46–47.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 203-225, mar. 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32431/23461>>. Acesso em: 17 jul. 2023

<sup>12</sup> A exemplo da “Casa da Vovó”, casa em bairro residencial situada no município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, local de tortura e assassinatos diversos e hoje, lugar de memória. Para mais informações, consultar: GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó*. São Paulo: Alameda, 2015.

<sup>13</sup> Como foi o caso de Amílcar Lobo (1939–1997), médico psicanalista acusado de participar de sessões de tortura sob o codinome “Dr. Carneiro”. Fonte: MOREIRA, L.; BULAMAH, L.; KUPERMANN, D. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica*, São João del Rei, v.3, n.4, p. 173-200, jan. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 dez. 2023.

<sup>14</sup> A exemplo de Henning Albert Boilesen (1913–1971), à época presidente do Grupo Ultra, foi responsável, junto a outros empresários vinculados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIES-SP), pelo financiamento da estrutura de repressão, especificamente a Operação Bandeirantes (Oban), que deu origem ao Destacamento de Operação Interna — Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). Em 15 de abril de 1971, foi assassinado

prática destes *educadores da violência* objetivou a agilidade e eficácia na obtenção de informações através da “modernização” dos aparelhos de tortura e variadas práticas.<sup>15</sup>

Com o nível de organização do Estado e a institucionalização da prática ocorreu a criação de novos órgãos de segurança e inteligência internos, somados ao treinamento de policiais civis e militares e combinados aos ensinamentos entre policiais da “velha guarda” e novatos, que explicitam a importância de um corpo técnico capacitado dentro da estrutura de repressão.<sup>16</sup> Por exemplo, uma tarefa comum para a inteligência policial era seguir suspeitos de atividade subversiva à paisana, acompanhando suas movimentações o dia todo, durante semanas e meses, para coletar informações julgadas relevantes na guerra à subversão, especialmente se fossem úteis para dismantelar uma organização política de esquerda clandestina. Isso só poderia ser realizado com disponibilidade de tempo e cobertura de eventuais gastos, pois os policiais passavam horas fora dos postos fixos de trabalho, seguindo indivíduos em bares, restaurantes, praças, locais de trabalho, edifícios e casas., implicando na divisão do trabalho e na diluição das responsabilidades desses atores, pois aqueles que entregavam uma pessoa aos seus superiores e aqueles que executavam a tortura possuíam níveis de responsabilidade diferentes. O policial à paisana, com o cuidado para não ser descoberto, nem entrar em conflito bélico com o suspeito perseguido, já que a preferência era levá-lo vivo para a delegacia ou demais dependências repressivas; enquanto o torturador era responsável pelo “serviço sujo” de retirar informações do suspeito em “interrogatórios”, mas sem ultrapassar os *limites brutais* da tortura.

Esses limites implicam pensarmos uma questão abordada por Balibar<sup>17</sup> sobre a passagem do que conhecemos como violência para a *violência extrema*. Existe um limiar muito sutil, o qual o autor denomina *umbral*. É complexo identificar essa passagem, esse umbral, especialmente em um contexto de autoritarismo. A violência está presente na sociedade capitalista de diversas formas e intensidades, atingindo mais alguns grupos sociais do que

---

por membros dos grupos revolucionários Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), próximo à sua casa. Fonte: MEMÓRIAS DA DITADURA. Henning Albert Boilesen. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/albert-hening-boilesen/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

<sup>15</sup> DOM PAULO EVARISTO ARNS (Org.). Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. p.72-73.

<sup>16</sup> QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). *Varia Historia*, v. 28, n. 47, p. 19–41, jan. 2012.

<sup>17</sup> BALIBAR, E. Violencia: idealidad y crueldad. *Polis – Revista Latinoamericana*, n. 19, 2008, p. 1-17.  
BALIBAR, E. Violencia, Política, Civilidad. *Ciencia Política*, vol. 10, n. 39, enero-junio 2015, p. 45-67.

outros, independente do regime governamental estabelecido, afinal, a violência ainda ocorre sob a tutela de um Estado democrático de direito. Em uma ditadura, ela expande-se e começa a atingir grupos sociais que até então não haviam sofrido com uma violência direta, a exemplo das camadas médias, sobretudo a classe média-alta, daí a importância dada às atrocidades durante esse período. A passagem para a *violência extrema* implica a noção de *crueldade*, termo utilizado pelo autor para definir esses atos extremos, intencionais e sistêmicos.

### Os impactos e contrastes entre vítimas e algozes da violência

Antes de iniciarmos, dois pontos precisam ser expostos. Primeiro, discorrer acerca de um regime autoritário ditatorial requer analisar os espectros políticos que o compõem quando falamos de autoridades *versus* resistências, por isso trabalharemos com duas noções de violência: a violência de Estado, institucionalizada; e a contraviolência preventiva — não no sentido de anti-violência, mas sim sobre um poder insurrecional/revolucionário.<sup>18</sup>

Segundo, para analisar os impactos e contrastes da violência entre vítimas e algozes, utilizaremos dois tipos de fontes: orais (entrevistas realizadas com fins acadêmicos) e escritas (literatura de teor testemunhal). É imprescindível apontar que na produção de ambos, o tempo é algo muito relativo, dependendo da subjetividade dos sujeitos envolvidos e de suas escolhas individuais. Por exemplo, na clínica do testemunho, a produção testemunhal depende do *trabalho da testemunha*, ou seja, “os procedimentos que o aparelho psíquico põe ativamente em funcionamento na transformação de uma representação em outra.”<sup>19</sup> Não há um prazo definido para isso ocorrer, podendo se desenvolver tão logo a passagem dos acontecimentos ou anos mais tarde, já em outro contexto histórico. É um processo ancorado na memória individual, mas que perpassa a memória coletiva, sobretudo no caso de catástrofes históricas que atingiram um contingente populacional significativo, como o caso da ditadura civil-militar brasileira. Aqui, falamos de *memória narrativa*, onde se encontram ou constroem os sentidos do passado e as feridas da memória.<sup>20</sup> A opinião sobre um determinado acontecimento pode ou não passar por transformações, mas isso depende da subjetividade do sujeito que está narrando. O testemunho não diz respeito única e exclusivamente aos fatos passados — eles até podem ser

---

<sup>18</sup> BALIBAR, 2008.

<sup>19</sup> WIKINSKI, Mariana. O trabalho da testemunha: testemunho e experiência traumática. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2021. p. 36.

<sup>20</sup> JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002.

centrais na narrativa —, mas também ao presente da testemunha, pois o sentido do testemunho ancora-se no tempo presente no qual ele é fabricado. Experiência e recordação não ocorrem simultaneamente. “Uma vez “desenterrada”, a recordação nunca mais será o objeto que foi. Está exposta a circunstâncias do presente, a desintegrar-se, a expor-se à luz, a ser interpretada, adulterada ou entesourada”<sup>21</sup>

O projeto que deu origem ao livro “Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras”<sup>22</sup> iniciou-se em 1993 (menos de uma década após o fim da ditadura), a partir de entrevistas com 23 policiais que, entre o final da década de 1950 e meados de 1980, pertenceram a corporações como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Operação Bandeirante (Oban), Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), Polícia Civil, Polícia Militar e Grupo de Operações Especiais (GOE), nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Brasília. Pela ótica historiográfica, é um estudo sobre um período ainda muito recente e que, até hoje, passa por uma intensa disputa de memória política. Do total, 14 policiais foram identificados como torturadores e/ou assassinos (semi)oficiais, agindo em nome do Estado. Alguns também participaram de esquadrões da morte enquanto superiores ou subordinados, ampliando e banalizando mais ainda a prática de violência. Neste complexo estudo, os autores observam como a ideologia da DSN criou não somente um cenário de terror, medo e desconfiança na esfera pública baseado na guerra à subversão, mas também foi responsável pela formação de policiais extremamente agressivos e violentos em diversas instituições e níveis hierárquicos. Durante as entrevistas, as descrições de ações violentas como agressões físicas, torturas e assassinatos contra *criminosos* revelam que os parâmetros de *crudeldade* para esse grupo são obscenos. Sua moral e subjetividade são produtos brutos de uma ditadura.

A tortura era utilizada já nas primeiras horas de prisão. Segundo os ex-agentes policiais entrevistados, era uma forma mais rápida e fácil de se obter respostas para os “problemas”. Alegam não possuírem tempo nem recursos para seguir com o método de investigações padrão e legal, portanto, o padrão tornou-se a violência extrema, tanto para presos comuns como para presos políticos — especialmente estes. A tortura foi ensinada e aprendida, seja pela prática em primeira pessoa ou como observadora do fenômeno. Em um órgão extremamente hierárquico e

---

<sup>21</sup> WIKINSKI, op. cit., p. 98.

<sup>22</sup> HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBRADO, Philip G. Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora Unb, 2006. 548 p.

disciplinado, os superiores sabiam quem seriam os melhores agentes para desenvolver a prática sem que as coisas “fugissem do controle”.

O ideal operário da violência seria um sujeito racional, que não demonstrasse remorso, fosse disciplinado, agressivo na medida certa, ao mesmo tempo que não poderia atenuar seus sentimentos por completo para não ir “longe demais”. Essa *personalidade* do operário da violência é exposta através do conceito de masculinidade enquanto categoria de dominação social com características patriarcais que moldam as relações entre si e outros, especialmente de gêneros opostos e com relação à sua força física. A agressão (coerção, imposição, limitação) e violência (dano físico e emocional em sentido punitivo e destrutivo) são estratégias de promoção da masculinidade e seu comportamento é definido por regras, hierarquias e procedimentos racionais de organização de segurança:

O operário da violência racional não podia ter sentimentos positivos em relação a uma vítima e devia mesmo atenuar seus sentimentos negativos extremados para não ir “longe demais”. Considerando-se um componente funcional de um sistema mais amplo — e não um agente humano com vínculos de apoio mútuo com outros agentes do mesmo tipo — subordinava retoricamente seus sentimentos e emoções à própria organização.<sup>23</sup>

Agressões físicas eram compreendidas como algo comum, não interpretadas enquanto fato extraordinário: “não era nada exagerado (...) só uns tapas na cabeça”<sup>24</sup>. Após 22 anos de seu ingresso na Polícia Civil, ocorrido em 1971 (período de intensa repressão política no país), Jacob<sup>25</sup> afirma durante a entrevista que embora não concordasse com o que ocorria durante as sessões de tortura, não se ausentava da sala. Assistia ao prisioneiro no pau de arara levando choques elétricos, enquanto água era introduzida à força pela boca e ânus. “Ele não se considerou parte da sessão de tortura, e seus colegas aparentemente não se preocuparam com sua presença, pois — como explicou esse ex-policia civil — “ninguém fala” sobre o que vê.”<sup>26</sup>. Principalmente porque a justificativa mais incidente é a alegação de que estão cumprindo ordens e sendo profissionais, retirando qualquer culpa pessoal. É uma forma racional de justificar-se. Segundo o estudo, existe uma estratégia de medida de segurança que é desviar a atenção de si para atos de crueldade mais importantes realizados por outros colegas policiais,

---

<sup>23</sup> Ibidem., p. 207

<sup>24</sup> Ibidem., p. 180.

<sup>25</sup> Todos os nomes utilizados para se referirem aos operários da violência foram escolhidos pelos autores, não sendo, portanto, os nomes verdadeiros.

<sup>26</sup> Ibidem., p. 117.

demonstrando a diluição da responsabilidade. Ou seja, o perpetrador nega ter cometido tortura ou assassinato, afirma que jamais concordou em torturar alguém e que seria muito mais justo uma luta corporal entre as partes do que resolver as coisas com o sujeito amarrado pelas mãos, ao mesmo tempo, diz ter participado de “tiroteios com suspeitos”. Entretanto, foi identificado e denunciado por Bernardo, outro entrevistado, como um agente intensamente envolvido na repressão política.

Sérgio ingressou na Polícia Civil em 1957, tornando-se logo um importante agente da inteligência no DOPS-SP. O ex-chefe de polícia afirmou que não perdia tempo interrogando um sujeito, que o colocava diretamente no pau de arara para obter informações. Inclusive, ordenou que seus subordinados torturassem e matassem pessoas por acreditar que seria melhor do que mantê-las na prisão, não demonstrando nenhum tipo de remorso em executá-las. A violência policial é causada pela arbitrariedade de um policial contra subversivos. Seguindo essa lógica, a culpa é do subversivo, que ocasionou isso para si: “Essas más vítimas, “arrogantes”, explica ele, “podem evitar que [a tortura] aconteça”, basta falarem.”<sup>27</sup> Aposentou-se em 1971. Durante a entrevista, duas décadas depois de concluir seu trabalho na polícia política, justifica as torturas e os assassinatos de maneira complexa: nega ter praticado pessoalmente tortura, opondo-se a esse tipo de violência “rotineiramente empregada” e responsabiliza outras entidades das quais não pertenceu, desviando de sua própria responsabilidade frente à questão ao afirmar que não trabalhava da mesma forma que demais agentes da Oban e do DOI-CODI. Sérgio acredita que os excessos da violência policial poderiam ter sido evitados caso houvesse mais treinamento, “desprezando o fato de que ele próprio, que se considera um “profissional” e fora amplamente treinado, havia sabidamente permitido tortura sob seu comando.”<sup>28</sup> Além disso, justifica a prática de tortura da seguinte forma: “se a vida de uma menina estivesse em perigo e, torturando alguém, ele pudesse salvar-lhe a vida”, Sérgio teria “torturado — ou ordenado que seus homens o fizessem”<sup>29</sup> — ou seja, os fins justificando os meios. Sua concepção moral admite a violência generalizada, sobretudo a tortura, a depender do tipo de situação problemática enfrentada.

Jorge ingressou na Polícia Militar em 1980, nos anos finais da ditadura e sua história de vida é permeada pela violência. Passou oito anos na Fundação Estadual para o Bem Estar do

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 357.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 358.

Menor (Febem) após a repressão ditatorial perseguir e desestruturar sua família, passando por uma juventude conturbada e permeada pela violência — o que definitivamente incidiu sobre sua subjetividade. O treinamento policial que recebeu contribuiu para que se tornasse capaz das práticas cruéis como torturar e/ou matar quem são os inimigos. Além disso, atuou secretamente em um esquadrão de execução no DOI-CODI. Para ele, “assassinar é mais fácil que torturar porque o torturador tem um compromisso com a vítima, enquanto o assassino não. Assassinato é impessoal, mais humanitário que a tortura”<sup>30</sup>. O seu entendimento do termo “humanitário” foge à regra por conta da normalização da crueldade em sua vida profissional. Esteve presente na prática do *voo da morte*<sup>31</sup> na região amazônica, sob ordem de regressar com o grupo sem nenhum prisioneiro a bordo e relata como foi espectador das torturas e assassinatos e como se sentiu “muito mal” naquele momento por presenciar tudo aquilo. Ou seja, demonstra que, em alguma medida?, havia um limite de tolerância da violência para si. A passagem da violência para a *violência extrema* no caso desses agentes assume parâmetros completamente distintos se comparado a outros grupos sociais, justamente porque o extremismo é constante e diário em suas vidas. Outro exemplo é a formação de esquadrões da morte como via de prosperidade econômica para esses policiais, tornando assassinatos encomendados — ou as categorias de violência extrema e a crueldade — rentáveis, ao receber dinheiro por fora da instituição. Conforme os entrevistadores, Jorge foi o único operário da violência que confessou ter torturado e assassinado e, entre 1980 e 1982, respondia a oitenta mortes por ano. Chegou a lamentar-se por ter uma vida pautada pela e para a violência: “Que é que eu vou fazer da minha vida se só sei [matar]? Queria ser eu mesmo um pouco, ter conhecimentos, pensar, ter todas as emoções que os seres humanos têm e que eu nunca tive a chance de ter.”<sup>32</sup>. Em 1993, sob custódia, respondia por diversos assassinatos. É uma exceção em relação aos outros entrevistados — até mesmo os não entrevistados — por desejar que sua vida fosse diferente, mas isso não o imputa de toda a crueldade a qual foi submetido e submeteu terceiros. Assim como os demais, será sempre um culpado.

O treinamento é fundamental para compreender o processo de formação desses agentes e seu controle de conduta. Para além dos estudos e práticas comuns à profissão, o chamado *trote violento* são torturas praticadas contra esses policiais em formação, “por que ela faz você perder

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>31</sup> Espécie de tortura e assassinato na qual a pessoa é ejetada viva do avião.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 222.

o medo, porque você se acostuma com tudo.”<sup>33</sup>. Pancadas na cabeça, empurrões, puxões de orelha, tapas no rosto, as práticas de terem seus alimentos roubados pelos veteranos, de passarem pelo corredor polonês, de “receber a Eucaristia” (que consistia em beber sangue, urina ou algum outro líquido igualmente perigoso e nocivo) e serem obrigados a rastejar pelo chão, com os veteranos pisando por cima de seus corpos ao mesmo tempo que proferem xingamentos. O não cumprimento gerava punições. Portanto, antes de se tornarem torturadores e/ou assassinos, os que passaram por esse tipo de tratamento também podem ser considerados torturados. O trote tinha como objetivo específico criar obediência e apoio à autoridade organizacional, portanto, legitimar a violência e, ainda, desindividualizar o sujeito através da punição de todo e qualquer comportamento que não seja relacionado a uma identidade coletiva institucionalmente controlada. “No decorrer do processo, o treinamento dos policiais militares, em geral, e o trote, em particular, ofereciam lições sobre a aceitabilidade da violência para alcançar os fins desejados. Isso também “descomprometia” moralmente a violência quanto às apreciações legais, sociais ou morais.”<sup>34</sup>

Através do conceito de *job burnout* (reação prolongada ao estresse interpessoal crônico na profissão) os autores do estudo identificaram que a exaustão emocional, a despersonalização e o sentimento de ineficiência e fracasso tomaram conta dos operários da violência, consequências que extravasam o âmbito profissional. Dos 23 entrevistados, 15 apresentaram sintomas de *burnout* moderado a alto. A hipótese é de que os torturadores foram os mais afetados, “porque, como assinalou Jorge, o torturador deve desenvolver uma relação pessoal, psicológica, com a vítima”<sup>35</sup>, diferente do matador dos esquadrões de morte, que elimina a vítima sem que haja o desenvolvimento de relação prévia em virtude do contato pessoal menos direto. Os autores ainda argumentam que, dada a característica de ação coletiva dos esquadrões, os efeitos do *burnout* potencial decorrente da culpa podiam ser transferidos para o próprio grupo, difundindo a responsabilidade e diminuindo o sentimento de culpa individual. Sérgio conta que estava esgotado, não conseguia dormir direito por sonhar frequentemente com o trabalho, viciou-se em anfetaminas para evitar cair no sono, se tornou paranoico e angustiado. Por várias vezes recebeu recusa ao pedir demissão para o governador. As condições criaram

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 285.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 278.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 391.

problemas familiares e Sérgio chegou a recusar uma promoção apenas para se manter próximo da família. Já aposentado, sofreu um ataque cardíaco e um acidente vascular cerebral:

Sérgio começou a temer pela vida de suas filhas quando suas investigações a respeito da corrupção no governo fizeram dele alvo da “justiça” dos militares. Com ameaças contra sua família e as constantes demandas do trabalho, Sérgio estava necessariamente isolado socialmente: “Você começa a não confiar em seus amigos”. Ele soube que o secretário particular do governador estava trabalhando para acabar com ele: esse homem contou “mentiras” sobre Sérgio e tentou fazer que ele “se rebelasse e se demitisse”. Na época em que Sérgio renunciou ao cargo de diretor do Dops, ele sentiu-se completamente traído pelo “sistema”.<sup>36</sup>

Problemas semelhantes foram experienciados por Jorge ao afirmar que a vida de policial não lhe permitiu ter tempo para criar laços familiares verdadeiros, expressando decepção e sentido-se traído pelo sistema. “Eles me ensinaram a matar; [eles] “me usaram. Dei a eles quase toda a minha vida e nunca tive nada. Não tenho casa própria e tenho duas filhas.”<sup>37</sup>. Teme ser assassinado por saber muito sobre os excessos cometidos por vários policiais no período. Tornou-se um “cristão renascido”, um homem diferente daquele que foi no passado, cuja nova identidade não o reduz a suas antigas angústias, frustrações e traições por agora estar integrado a uma comunidade de apoio “que faz que seu passado “do mal” não se coadune com sua salvação redescoberta no presente.”<sup>38</sup>

Do lado da resistência à ditadura, temos aqueles que podem ser enquadrados na categoria de grupos de contraviolência preventiva<sup>39</sup>, os quais aderiram à luta armada ou foram simpatizantes da causa, objetivando combater a violência militar autoritária através da violência, mas não no sentido de perpetuá-la, e sim, pôr um fim às atrocidades que assolavam a sociedade, especialmente a classe trabalhadora e seus estratos marginalizados. Não existe *não-violência*. Sempre que a violência é empregada, gera uma resistência, que por si combate a violência. Apesar da repressão possuir um poder organizativo, econômico e bélico significativamente maior, a resistência não deixou de construir vias para entrar em conflito com o autoritarismo militar e tentar derrotá-lo. Assaltos a bancos, roubos de carro e expropriações eram táticas de autofinanciamento para a compra de armas e munições, ações de agitação e propaganda, organização de eventos, ações armadas diversas e treinamento guerrilheiro em

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 396.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 409.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 410.

<sup>39</sup> A contraviolência preventiva se trata de um poder insurrecional/revolucionário que responde e combate a violência hegemônica do Estado com violência; é fogo contra fogo. Fonte: Balibar, 2008.

várias regiões do país. A adesão à luta armada era combater a violência da ditadura através de uma violência libertadora e revolucionária de extrema-esquerda.

Em 1999, ainda na primeira década pós-ditadura e após 30 anos dos acontecimentos, o jornalista Flávio Tavares publicou “Memórias do Esquecimento” narrando sua militância, sequestro, prisão e torturas sofridas tanto em solo nacional, quanto internacional (em julho de 1977, no Uruguai, que também estava sob uma ditadura). Em seu testemunho, observamos que um dos sentidos da tortura é estabelecer poder e controle total sobre a vida da vítima, de modo que o próprio torturador possui uma espécie de autonomia ao decidir se ela deve continuar ou acabar ali, no local da tortura, ou em outro lugar — mesmo que já não possua controle físico da vítima por encontrar-se longe. O jornalista narra que, em setembro de 1969, ao ser preso pelo Exército, foi colocado em uma cela pequena e escura, onde tropeçou no corpo morto de Roberto Cietto<sup>40</sup>, que jazia ali após ser torturado. Nesse caso o significado é objetivo: o algoz demonstra a ele quem vive e quem morre. A reflexão de Flávio sobre esse momento:

Sinto-me paralisado. Um torpor e um vazio tomam conta de mim. Não penso nem raciocino. Ele está morto como um morto mesmo: estirado no chão. Eu estou morto de cócoras, como um vivo [...] tinham me posto ali porque já não podiam me torturar de outra forma que não fosse a da própria morte, pois é a morte própria que se sente quando se é impotente para evitar a morte alheia à nossa frente.<sup>41</sup>

As sequelas da tortura extrapolam a realidade, expressando-se no plano onírico. Os choques elétricos na gengiva deixaram um gosto metálico na boca que durou meses a fio, mas o pior eram os repetitivos sonhos que o acompanharam no exílio de que seu órgão sexual caía de seu corpo, fruto dos choques sofridos na região. Flávio escolheu não ser tão detalhista acerca das torturas e das consequências experienciadas, elemento comum presente em toda e qualquer literatura testemunhal, afinal, é a testemunha quem escolhe como, quando e o que irá narrar e qual será o formato da narrativa. Já Sylvia de Montarroyos faz questão de narrar as torturas de maneira a gerar incômodo ao leitor mediante descrições detalhadas sobre as sensações corporais e psicológicas que a violência causava, por isso o testemunho dela tomará uma centralidade maior no desenvolvimento da argumentação.

---

<sup>40</sup> Roberto Cietto foi militante do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), no Rio de Janeiro. Foi preso enquanto passava casualmente em frente à casa do Embaixador Americano Charles Burke Elbrick, sequestrado no mesmo dia. Na prisão, foi morto sob tortura em setembro de 1969, mesmo a necrópsia concluiu morte por suicídio via enforcamento. Os médicos legistas aliados ao regime militar expediam certidões de óbito alteradas, nas quais as mortes sob tortura eram acobertadas enquanto suicídio, geralmente por enforcamento em cela.

<sup>41</sup> TAVARES, Flávio. Memórias do esquecimento. 3. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 105–106

Em 2013, ano em que os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade estavam a todo vapor, Sylvia publica seu testemunho quase cinco décadas após os acontecimentos — que esteve em desenvolvimento desde o ano de 1985, durante o exílio — intitulado “Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos”, narrando o período entre novembro de 1964 e agosto de 1965. A ex-militante de base do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), conta como a crueldade das torturas a levou *além da dor*, em direção à loucura, resultando em seu internamento no Manicômio Judiciário da Tamarineira, em Recife-PE, em estado de coma, com apenas 17 anos. Brutalmente espancada em várias regiões do corpo até desfalecer, teve seus braços e pernas queimados com cigarros, foi eletrocutada, sexualmente violentada, ameaçada de desfiguração, de ser enterrada viva, de ser injetado soro da verdade para lhe fazer falar; foi presa com uma coleira de cachorro pelo pescoço, algemada pelos pulsos e tornozelos. Teve seus cabelos raspados, foi encarcerada em uma jaula completamente nua, onde permaneceu nua por 15 dias no subsolo e outros 15 dias na mata do quartel, ao relento, sendo acorrentada, chicoteada, tendo a cabeça batida contra as grades e sal jogado em suas feridas.

Sua primeira prisão ocorreu na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE), da qual conseguiu evadir. Em fuga, apresentou os primeiros episódios de alucinação, nos quais ouvia suplícios de familiares sendo torturados por policiais. Com a segunda prisão, retornando à SSP-PE e às sessões de torturas lá e nos quartéis de Recife, as alucinações pioraram. Conta que via uma televisão em sua cela, na qual passavam cenas das guerras na Coreia ou do Vietnã e se encontrava prisioneira das tropas estadunidenses. Em outro momento, acreditava que seria queimada na fogueira, tal qual Joana D’Arc. Também que teria sido enterrada viva, já que a ameaçavam constantemente de o fazer. A violência sexual foi o ponto de ruptura maior, o qual conduziu à perda de memória e tantas outras alucinações. “o estupro, que foi o que mais me fez enlouquecer. Mas foi o conjunto das torturas, e não só a ignomínia da violência sexual, que me levou à Loucura que se vinha anunciando. Uma Loucura anunciada.”<sup>42</sup>. Os incontáveis episódios dissociativos, frutos das violências, de seu aniquilamento, representam o mecanismo de defesa contra a *demolição* pela qual passou, como

---

<sup>42</sup> MONTARROYOS, Sylvia de. Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013. p. 294

demonstra Viñar, citado anteriormente. O estado profundo de ruptura entre o corpo e mente geraram crises de identidade que não a permitiram reconhecer-se mais enquanto Sylvia:

A certa altura comecei a confundir ainda mais as coisas, e perdi por completo a noção da realidade. E mais uma vez a noção da minha identidade também. Estava nua [...] um corpo que eu já nem reconhecia como meu: estava feio, esquelético e sujo, e nem sequer era permitido lavá-lo. [...] Tudo era muito degradante. E tantas vezes eles tinham me chamado de *filha da p...* que a certa altura eu me convenci de que era isso mesmo, a filha de uma prostituta que ali estava recebendo todo aquele castigo “de tabela” pela mãe, como uma refém que havia ficado ali no lugar dela, daquela que devia ser a minha mãe, e para expiar os seus pecados.<sup>43</sup>

Durante esse momento de dissociação identitária, Sylvia sofreu uma última forma de tortura no quartel de Tejipió: a simulação de fuzilamento de seu irmão, Carlos Montarroyos, dirigente do POR-T. O sofrimento foi tanto que desmaiou. Foi encaminhada à enfermaria da Segunda Companhia de Guarda, entrou em estado de coma e deu entrada no Manicômio Judiciário da Tamarineira, que “era como um campo de concentração”<sup>44</sup>. Permaneceu incomunicável por dias, não possuindo memórias sobre os acontecimentos anteriores, nem de como e quando foi internada. Lacunas de memória preenchidas pelos relatos de outrem. No manicômio, as torturas continuaram através de (noventa) sessões de eletroconvulsoterapia, que, apesar de ocorrerem numa escala e voltagem inferiores às dos quartéis, eram dolorosas, humilhantes, desconfortáveis e insuportáveis: “Corpo e mente eram sacudidos por frêmitos e vibrações que os confundiam e os alheavam da sua força integradora, levando-os ao estado do mais completo caos, de onde, a cada fração de segundo, os atiravam alternadamente para o nada e para o inferno.”<sup>45</sup>. Era amarrada pelos pulsos e tornozelos na maca, onde recebia injeções de insulina que induziam sono com convulsões, injeções de glicose para repor o açúcar no corpo, e diversos comprimidos, que, ao mesmo tempo, faziam parte de seu tratamento, em virtude das condições frágeis em que se encontrava. Lá, foi diagnosticada com esquizofrenia hebefrênica<sup>46</sup>. O testemunho de Sylvia sobre as atrocidades experienciadas demonstra o nível de crueldade de

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 321

<sup>44</sup> Ibidem, p. 346

<sup>45</sup> MONTARROYOS, op. cit., p. 378

<sup>46</sup> Também chamada de “esquizofrenia desorganizada”, apresenta um quadro de alucinações e delírios frequentes em idade precoce. Os sintomas mais comuns são: isolamento social, irritabilidade, tristeza, apatia, perda de memória, dificuldade de concentração, diminuição das expressões, dificuldade para realizar tarefas cotidianas e comprometimento da fala. Fonte: AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acesso em 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>>

seus diversos algozes. Ela foi torturada em vários locais, por diversos policiais e militares, cujo sadismo era a fonte das práticas. Sylvia não forneceu nenhum tipo de informação a eles, nem mesmo lhes disse seu nome, e as torturas continuaram como forma de vingança e puro sadismo contra sua pessoa, “o que pretendiam era me ver de joelhos. Não era mais uma questão de ordem política, judicial e militar, era uma questão pessoal, transformara-se num desafio para suas patentes.”<sup>47</sup>

Os casos de Maria Auxiliadora Lara Barcellos<sup>48</sup>, Tito de Alencar Lima<sup>49</sup> e Solange Lourenço Gomes<sup>50</sup> também demonstram os impactos a curto e médio prazo da tortura na estrutura psicológica: os dois primeiros decidiram pôr fim às vidas durante o exílio por não suportarem as dores do trauma. Na Alemanha, Maria Auxiliadora atirou-se nos trilhos de uma estação de metrô em Berlim. Na França, Frei Tito alegava ser perseguido pelo fantasma do delegado Sérgio Paranhos Fleury, seu torturador, e suicidou-se pelo enforcamento. Após prisão e torturas sofridas no início da década de 1970, Solange buscou tratamento médico, psicológico e psiquiátrico para tratar do trauma até que não aguentou mais e se jogou pela janela do apartamento em que residia, no ano de 1982.

São casos em que podemos registrar uma violência extrema contra si, que para eles foi o único caminho possível para extinguir o sofrimento e encontrar a liberdade. Um ato que só foi possível em virtude da violência que foram submetidos previamente. Sylvia considerou a libertação pelo suicídio quando estava presa em um dos vários quartéis pelo qual passou, ao tentar enforcar-se no cano do chuveiro de sua cela, com um pedaço de tira de seu vestido. A prisão e as torturas exterminaram o sentido da vida para ela, que considerou sua morte uma vitória sobre o inimigo e uma fuga da crueldade. Um soldado a encontrou e conseguiu tirá-la

---

<sup>47</sup> Ibidem, p. 295

<sup>48</sup> Maria Auxiliadora Lara Barcellos foi militante do Comando de Libertação Nacional (Colina), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Foi presa e torturada em 1969, passando por vários quartéis e presídios. Foi banida pelo sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seguindo para o exílio no Chile, Bélgica, França e Alemanha.

<sup>49</sup> Mais conhecido como Frei Tito, foi um frade católico da Juventude Estudantil Católica (JEC), que atuava no movimento estudantil. Foi preso e torturado em 1969, em São Paulo, pela organização do Congresso de Ibiúna e pelos contatos com Carlos Marighella. Foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR. Tito foi banido do país, seguindo exílio no Chile, Roma e Paris.

<sup>50</sup> Solange Lourenço Gomes foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Dissidência Guanabara e MR-8. Ao ser identificada após o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, teve que se mudar para a Bahia, em 1970. Em um surto psicótico, se entregou para a polícia, fornecendo informações sobre o MR-8 e sendo induzida a se expor publicamente, afirmando estar arrependida e que renegava sua militância política. Foi presa e torturada, em 1971, e nunca se recuperou psicologicamente.

da cela. Foi encaminhada para outro quartel, onde retornou aos “interrogatórios”. Relata que desde o início foi muito agredida na cabeça: “eles sempre puxavam com raiva a minha cabeça contra as grades da cela, segurando-a pelos cabelos que arrancavam aos puxantes, e batendo-a com tanta força nos ferros dessas grades, que ela e o meu rosto estavam sempre cobertos de feridas.”<sup>51</sup>. Sem dúvida, essas contusões contribuíram para a alteração de seu estado psíquico. Após 10 meses de internação, Sylvia voltou para casa, com a família, mas não tardou a ser perseguida novamente com mandados de prisão que a obrigaram a sair de Recife e, posteriormente, partir ao exílio. As consequências são irreparáveis:

Nenhum dinheiro do mundo pode trazer de volta o que perdemos. E não me refiro aos bens materiais [...] mas à nossa saúde, à nossa paz de espírito, e todo o nosso sofrimento. Falo dos anos todos roubados à nossa vida — no meu caso, e para além da prisão, das torturas e da loucura e do manicômio, a juventude perdida e a vida para sempre adiada, parada no calendário, pois foi castrada quando, ainda menina, fui arrancada da família, do meu noivo, dos meus amigos e da minha terra, e para não morrer tive de fugir para longe, e suportar por longos anos o inferno da clandestinidade e depois do exílio eterno, que se prolonga até hoje, e se prolongará para sempre, mesmo tantos anos depois de a ditadura ter acabado; falo da já completa impossibilidade do tão sonhado regresso.<sup>52</sup>

Seu caso é emblemático ao representar a articulação e instrumentalização de uma instituição psiquiátrica secular violenta e excludente pela ditadura civil-militar, tornando-a mais violenta no contexto de vigilância e repressão estatal. Assim como ela, vários outros presos políticos também foram compulsória e ilegalmente internados em manicômios judiciários.<sup>53</sup>

### Considerações finais

É fundamental que o fenômeno da violência seja compreendido como algo dialético, que influi sobre o algoz e a vítima de formas diferentes e produz resultados a curto, médio e longo prazo que também se diferem. A violência impera e implica a transformação da subjetividade de todos os sujeitos envolvidos no fenômeno, especialmente quando se trata de tortura e assassinato. Não podemos igualar torturados e torturadores. As violências sofridas pelos grupos diferem-se de forma explícita.

---

<sup>51</sup> Ibidem, p. 279

<sup>52</sup> MONTARROYOS, op. cit., p. 388.

<sup>53</sup> ROSSI, Amanda. Da tortura à loucura: ditadura internou 24 presos políticos em manicômios. 2021. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

Todos os torturadores e assassinos foram ensinados, desde o início de seu ingresso no sistema, a serem violentos e a aceitarem a violência para alcançar os objetivos político-ideológicos da ditadura. São subjetividades moldadas pelo Estado para esse fim e em momento algum os entrevistados afirmaram terem se negado a receber treinamentos ou a realizar atos violentos, por isso a questão da difusão da responsabilidade, sobretudo em ações coletivas. Analisamos que para os torturadores existem dois momentos distintos de relação com a violência: primeiro, ao ingressarem e se desenvolverem na carreira policial, quando a violência torna-se habitual, estabelecida como ordem do dia, comum à profissão, portanto, não sendo considerada negativa, nem sendo questionada individualmente e, inclusive, servindo como degrau para promoções e benefícios. E segundo, quando se encontram exauridos pela carga emocional e psicológica e começam a se questionar, desejando se afastarem dessa realidade ao perceberem as consequências que a profissão e o modo de vida atrelado a ela implicaram ao longo dos anos, se desligaram ou se aposentaram. Para esse grupo em posição de autoridade e poder, o *burnout* representa a estafa causada pela violência ao longo da carreira, incidindo sobre outras áreas da vida, especialmente a saúde (relatos de insônia, uso recorrente de anfetaminas, desenvolvimento de diversas patologias como hipertensão, cardiopatias, derrames, estresse, entre outros) e segurança da família.

Durante as entrevistas, os torturadores buscaram justificar o uso da violência em certos casos, a exemplo de Sérgio, e/ou se ausentar da responsabilidade dos crimes cometidos ao argumentarem que apenas seguiam ordens ou que não praticaram torturas e/ou assassinatos, apenas os presenciaram e que não tinham nada a ver com aquilo, que existiam policiais mais brutos e cruéis que eles, como Jacob — daí a difusão da responsabilidade dos crimes cometidos, o parâmetro de *violência extrema* é quase inexistente, transformando-os em sujeitos mais violentos e sem remorso, completamente dominados pela ideologia autoritária e pela crueldade que propaga e dispõe de meios para ter eficácia. Até mesmo alegar que o assassinato é mais humanitário que a tortura, como afirmou Jorge, demonstra a normalização da crueldade na vida profissional destes policiais. Após décadas de moral e subjetividade transformadas pela violência, observam que suas vidas foram vividas em função do sistema, que acabaram sendo afastados de coisas importantes a serem realizadas no campo individual da vida, sentindo culpa mais em relação às implicações pessoais do que em relação aos crimes que cometeram — como Jorge, que se tornou um homem religioso na tentativa de se afastar do passado que o condena,

ao mesmo tempo que responde pelos crimes que cometeu. Não demonstram se importarem com as vítimas que fizeram.

A célebre frase de Frei Tito, “quando secar o rio de minha infância, secará toda a dor”, talvez seja a forma mais pura de se definir as consequências da tortura para aqueles que foram vítimas diretas do Estado ditatorial. Teria o trauma um fim? Maria Auxiliadora, Frei Tito e Solange são exemplos do quanto os traumas do terror e da tortura são insuportáveis, mesmo existindo a possibilidade e condições de retomar a vida e os interesses pessoais posteriormente, em outros lugares, sob segurança e possuindo uma rede de apoio. Aos torturados, os danos cognitivos e psicológicos decorrem tão logo o fim da primeira sessão de tortura e se estendem (talvez) pela eternidade. O terror de Flávio que, mesmo após ser torturado fisicamente, continuou a ser torturado psicologicamente com o corpo morto de Roberto e teve sequelas causadas pelos choques elétricos que perduraram por anos após os acontecimentos, bem como os sonhos que lhe tiravam a paz, neuroses, patologias da alma e do corpo. Ou o corpo de Sylvia, que deu entrada no manicômio judiciário pesando 23 quilos, marcado por queimaduras e ferimentos infectados por todo o corpo que deixaram cicatrizes, uma forte anemia, uma pneumonia dupla e reumatismo — que lhe causa dores até os dias atuais, segundo seu testemunho — contraídas no subterrâneo do quartel. Como se não bastasse, foi condenada ao adoecimento mental pelos torturadores. Até mesmo o (auto)exílio é uma consequência direta da tortura para os indivíduos pertencentes ao grupo.

Ao fim da narrativa, Flávio se pergunta o que lhe angustiou mais: ter experienciado tudo o que narrou ou ter rememorado tudo aquilo que queria esquecer. Não há uma resposta, há apenas o trabalho da testemunha. O choque de realidade é o seguinte: não é possível viver fingindo que nada aconteceu, muito menos fingir que não se sobreviveu ao horror. E Sylvia, por meio do testemunho, atesta sua sobrevivência, que por décadas foi e continua sendo marcada pelo que restou da ditadura. Contudo, nem ela, nem Flávio, nem outros devem ser fixados, resumidos e diminuídos à eterna condição de vítima. São vítimas, sem sobra de dúvida, mas, acima de tudo, sobreviventes.

### Referências bibliográficas

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Oficina da Empresa Jornalística, 1996.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acesso em 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>>

BALIBAR, E. Violencia, Política, Civilidad. **Ciencia Política**, vol. 10, n. 39, enero-junio 2015, p. 45-67.

BALIBAR, E. Violencia: idealidad y crueldad. Polis – **Revista Latinoamericana**, n. 19, 2008, p. 1-17.

BRASIL. **Ato Institucional n.º 14, de 5 de setembro de 1969**. Brasília, DF, 15 out. 1969. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-14-69.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-14-69.htm#art1). Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília. 4 dez. 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9140.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm). Acesso em: 25 out. 2024.

CALLEJA, E. G. La definición y la caracterización de la violencia desde el punto de vista de las ciencias sociales. **Arbor**, vol. 167, n.º 657, Septiembre 2000, p. 153-185.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SÃO PAULO. **Solange Lourenço Gomes**. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

DOM PAULO EVARISTO ARNS (Org.). **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.72-73

GALTUNG, J. La violencia: cultural, estructural y directa. Cuadernos de Estrategia, n. 183, **Instituto Español de Estudios Estratégicos**, 2017, p. 147-168.

HONNETH, Axel. Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos e degradação. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editoria 34, 2003. p. 216.

HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBRADO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora Unb, 2006. 548 p.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MARIGHELLA, C. **Por que resisti a prisão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994. p. 84.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília M.; TELES, Edson; TELES, Janaína de A. (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume I. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 179-202.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Maria Auxiliadora Lara Barcellos**. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/maria-auxiliadora-lara-barcellos/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Roberto Cietto**. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/roberto-cietto/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Frei Tito de Alencar Lima**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/frei-tito-de-alencar-lima/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Henning Albert Boilesen**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/albert-hening-boilesen/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MONTARROYOS, Sylvia de. **Réquiem por Tatiana**: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013. 456 p.

MOREIRA, L.; BULAMAH, L.; KUPERMANN, D. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica*, São João del Rei, v. 3, n. 4, p. 173-200, jan. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 dez. 2023.

OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 03-225, mar. 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32431/23461>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ONU. **Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes**. 1984. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). **Varia Historia**, v. 28, n. 47, p. 19–41, jan. 2012.

ROSSI, Amanda. Da tortura à loucura: ditadura internou 24 presos políticos em manicômios. **UOL**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

SAKAMOTO, Leonardo. **Torturado, frei Tito foi perseguido por fantasma de delegado até sua morte.** 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/06/14/tortura-de-corpo-e-alma-da-ditadura-militar-matou-frei-tito-duas-vezes.htm>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A Virada Testemunhal e Decolonial do Saber Histórico.** Campinas: Editora Da Unicamp, 2022.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento.** 3. ed. São Paulo: Globo, 1999. 276 p.

VINÃR, Maren; VIÑAR, Marcelo. **Exílio e tortura.** São Paulo: Escuta, 1992. 154 p. Tradução de Wladimir Barreto Lisboa.

WIKINSKI, Mariana. **O trabalho da testemunha: testemunho e experiência traumática.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2021.